



A MULHER E A REALIDADE LATINO-AMERICANA: UMA ANÁLISE DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO.

José Roberto Alves Loiola*

RESUMO

O artigo procura apresentar conceitos básicos sobre a teoria da dependência e a teoria de gênero enquanto analisa de forma crítica o imperialismo capitalista na América Latina. Discute as ideias de Theotônio dos Santos, Vania Bambirra, Gunder Frank, Ruy Marini entre outros, em associação com a noção de gênero de Marcella Althaus-Reid e Pateman. O trabalho compõe-se de uma fundamentação teórica, articula a Teoria da Dependência com a Teoria de Gênero, mantendo a crítica contra o imperialismo capitalista e os seus efeitos sócio-econômicos na América Latina.

Palavras-chave: América Latina, Gênero, Teoria da Dependência, Capitalismo.

THE WOMAN AND THE LATIN AMERICAN REALITY: AN ANALYSIS OF DEPENDENCY THEORY FROM THE PERSPECTIVE OF GENDER.

ABSTRACT

The article presents the basic concepts of dependency theory, and gender theory while analyzing critically the capitalist imperialism in Latin America. It discusses the ideas of Theotônio dos Santos, Vania Bambirra, Gunder Frank, Ruy Marini among others, in association with the notion of gender Marcella of Althaus-Reid and Pateman. The work consists of a theoretical foundation, articulates Dependency Theory with the Gender Theory, keeping criticism against global capitalism and its socio-economic effects in Latin America.

Keywords: Latin America, Gender, Dependency Theory, Capitalism.

* Mestre em Ciências da Religião (UMESP), Teólogo e Pastor Metodista, Professor na Faculdade Evangélica de Brasília, Especialista em Educação para a Diversidade e Cidadania e em História e Cultura Africana e Afro-brasileira (UFG) e Aluno regular do Programa de Doutorado em Ciências Sociais da UNESP.



LA MUJER Y LA REALIDAD DE AMÉRICA LATINA: UN ANÁLISIS DE LA TEORÍA DE LA DEPENDENCIA DESDE LA PERSPECTIVA DE GÉNERO.

RESUMEN

El artículo presenta los conceptos básicos de la teoría de la dependencia y la teoría de género al analizar críticamente el imperialismo capitalista en América Latina. Discute las ideas de Theotonio Dos Santos, Vania Bambirra, Gunder Frank, Ruy Marini entre otros, en asociación con la noción de género de Marcella Althaus-Reid y Pateman. La obra consta de una base teórica, se articula teoría de la dependencia con la teoría del género, manteniendo la crítica contra el capitalismo global y sus efectos socio-económicos en América Latina.

Palabras-clave: América Latina, Género, Teoría de la Dependencia, Capitalismo.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe apresentar a teoria da dependência a partir de uma leitura da realidade latino-americana, com ênfase na discussão de gênero.

Apesar dos estudos sobre a teoria da dependência já terem pelo menos 50 anos de história, somente a partir de 2000 tem se tornado objeto de publicação e intenso debate no âmbito das ciências sociais. A teoria tem vertentes representadas tanto pelas interpretações progressistas (desenvolvimentista e reformista), dos partidos comunistas como dos marxistas ortodoxos. E um dos lócus de fecunda produção e discussão desta teoria, tem sido há anos, o contexto da industrialização da América Latina que por sua vez é marcada basicamente, conforme Bambirra (2012), por duas correntes principais, a saber; a dos marxistas, defendida pelos partidos comunistas e a dos representantes da burguesia industrial latino-americana. Ou seja, a desenvolvimentista.

A propósito, cinquenta anos após o golpe militar no Brasil ainda não estamos tão a 'salvos' das forças hegemônicas que, a pretexto de conter-se a inflação, aumentava a concentração e a monopolização da riqueza nacional (décadas de 1960-1970). Na ocasião, a teoria da dependência sequer podia ser publicada.

Dentre os vários teóricos, Aníbal Quijano (2005), Edelberto Torres-Rivas (2009), Francisco C. Weffort (2001), Fernando Henrique Cardoso



(1977), André Gunder Frank (1968), José Carlos Mariátegui (2007), Maria Conceição Tavares (2002), Antonio Barros Castro (2001), Enzo Faletto (1977), Orlando Caputo Leiva (2002), destacaremos neste trabalho, algumas ideias principais de Vânia Bambirra (2012), Theotônio dos Santos (2011), Gunder Frank (1968) e Ruy Marini (2012).

O texto está estruturado em três partes e inicia-se com uma fundamentação teórica. Em seguida, procura descrever a teoria da dependência enfatizando uma leitura mais revolucionária da realidade Latino-Americana, explorando a noção de gênero das autoras, Vânia Bambirra, (2012), Carole Pateman, (1993) e Marcella Althaus-Reid, (2005). Finalmente, ao fazer uma abordagem geral sobre as consequências do capitalismo na América Latina, o texto pretende relacionar a Teoria da Dependência com a Teoria de Gênero.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os métodos de estudo da sociedade capitalista têm na tradição clássica da sociologia uma base muito comum; a razão como critério de análise. Os três principais autores que representam essa tradição são: Karl Marx (1818-1883), que buscou entender a sociedade para transformá-la; Émile Durkheim (1858-1917), que queria entendê-la para conservá-la e Max Weber (1864-1920), que se interessou em compreender a ação do sujeito e sua interação com a estrutura social. Mesmo com diferentes enfoques, propuseram-se a estudar o mesmo objeto, ou seja, a sociedade industrial do alvorecer do capitalismo no século XIX.

Convém lembrar que essa tarefa intelectual aconteceu no contexto de uma transição epistemológica importante i.e, do rompimento dramático tanto com o pensamento cristão clássico, quanto com o modo de produção feudal. E essa transição foi encetada pelo pensamento iluminista nos séculos XVI e XVII o qual se caracterizou pela primazia do racionalismo, ocasionando, portanto, mudanças culturais profundas nas relações sociais e trabalhistas e que foram consolidadas posteriormente, nos séculos XVIII e XIX na Europa, com significativos desdobramentos na América Latina.

Considerando o fato de que uma das principais consequências do desenvolvimento capitalista europeu para as Américas foi o ‘subdesen-



volvimento' social, a Teoria da Dependência mostra-se interessante para uma nova elaboração teórica.

Nesse sentido, a Teoria da Dependência em sua vertente marxista, preconiza o dismantelamento tanto da estrutura quanto da epistemologia causadoras da obliteração da integridade física, social, política e econômica, da América Latina tão sofrida, quanto as suas mulheres (negras, indígenas, pobres e imigrantes).

Começamos, portanto, com alguns esclarecimentos de ordem conceitual e metodológica importantes para nortear a nossa reflexão.

Materialismo histórico-dialético

A teoria e método marxista são formulados a partir da crítica sistemática e implacável de Karl Marx à ideologia de Hegel. Marx e Engels (2009, p.24) parte da premissa de que a história humana está fundamentada na “existência de indivíduos humanos vivos”. Nesse sentido, a materialidade constituída pela “organização dos corpos e sua relação com o resto da natureza”, é a base de sua teoria.

Para Marx (1972, p.11), Hegel subjetiva a família e a sociedade civil na mesma medida em que as objetiva como partes estruturante do Estado. Como se fossem uma trindade estatal. Todavia reside aí a grande contradição. Como é possível a família e a sociedade civil serem parte intrínseca do Estado e ao mesmo tempo serem ‘estranhos’ ou ‘alienados’ ao mesmo. Ou seja, estarem alienados do usufruto desta herança material? De maneira dialética isso seria o seguinte: As pessoas = matéria para a formação do Estado. Uma vez incorporada no Estado, elas são desmaterializadas ou desmanchadas subjetivamente. Portanto, o mesmo idealismo que as reconhece como matéria para a composição do Estado é o mesmo idealismo que as desconhecem como sujeitos de direitos.

A propósito, conforme orientação instrucional da Secretaria Nacional de Formação Política do Partido Comunista Brasileiro, o termo ‘materialismo’ surge da “luta das ciências contra formas primitivas de conhecimento e contra o desvirtuamento da verdade pelos grupos dominantes com o propósito de reproduzir o status quo”. (PCB, p.3)¹

¹ Documento disponível em: <<http://www.pcb.org.br/porta1/docs/materialismo.pdf>> Acessado em 04 de Jan. 2016.



Desta forma, para o ‘materialismo’, em primeiro lugar, vem a discussão da existência material e as necessidades reais da pessoa, para depois, vir a discussão sobre a consciência desta. Dir-se-ia; - primeiro eu existo, tenho as minhas necessidades satisfeitas para depois teorizar. Enquanto no ‘idealismo’, dir-se-ia; - primeiro eu penso, tenho uma ‘consciência’ ou ‘teoria’, para depois colocá-la em prática. Conforme Marx e Engels (2009, p. 30) as relações sociais e políticas entre os indivíduos de uma determinada sociedade precisam ser demonstradas empiricamente tal qual é na realidade, sem ‘mistificação’ ou ‘especulação’.

Para Marx e Engels (2009, p. 40) o ponto de partida para a existência humana e da história é a premissa de que os homens precisam ter condições para viver (beber, comer, vestir e habitar e outras coisas) a fim de realizar a história.

A partir desta perspectiva, Marx identificou na sociedade do seu tempo (séc.XIX), a existência de classes, proprietários dos meios de produção e a situação de trabalhadores (as) que ao vender a sua força de trabalho, ficavam alienados do produto do mesmo.

Marx viu na ideologia da classe dominante uma forma de esconder essa realidade. Realidade esta, marcada por uma estruturação social dicotômica entre ricos e pobres e pelo lucro excessivo dos proprietários dos modos de produção e a miséria dos operários. Enfim, ele viu que na sociedade capitalista as desigualdades sociais são consequências da estruturação econômica.

Em tempo, vale ressaltar o papel da família como uma forma histórica primordial da atividade social conforme pensaram Marx e Engels (2009, p.40). Nesse sentido, as relações de gênero têm o seu primeiro momento na relação familiar entre pai, mãe filhos e filhas. Ao reproduzir-se biologicamente e organizar-se socialmente de forma a suprir as suas necessidades básicas, a família, segundo Marx e Engels (2009, p.42-43) tende a reproduzir relações de subordinação e cooperação de forma a legitimar o modelo de produção da sociedade capitalista. É a partir desta mediação histórica que as relações de gênero está relacionada às relações de contradição entre o capitalista e o operariado. É claro que entre o século XIX e o século XXI haveríamos de considerar várias nuances históricas e resignificações teóricas a fim



de não incorreremos em anacronismos. Assim como, as várias tendências interpretativas da Teoria da Dependência e da Teoria de Gênero. Contudo, não é o foco desse trabalho.

Portanto, procurando não resvalar em reducionismos, pretende-se privilegiar na discussão de gênero a ênfase marxista presente na tradição revolucionária da ‘teoria da dependência’ proposta por Bamberger (2000) em convergência com as ideias de Gênero de Althaus-Reid (2007).

Teoria da Dependência

Segundo Bamberger (1971, p. 4) a Teoria da Dependência é “o conjunto de estudos desde os anos 60, sobre as relações de dependência na América Latina que resume análises empíricas e fundamentação teórico-crítica sistematizada”. Segundo a autora, seus antecedentes históricos remontam às análises de Marx e Engels sobre o colonialismo; o debate dos socialdemocratas russos e o confronto de Lênine com os narodnik-populistas. Além da teoria do imperialismo exposta por Rudolf Hilferding, Nikolai I. Bujarin, Rosa de Luxemburgo e as ideias de Mao Tse Tung e Paul Baran.

Bamberger (1971, p. 9) sintetiza a teoria da dependência como uma aplicação criativa do marxismo-leninismo na explicação das leis que regem o desenvolvimento do modo de produção capitalista em países latino-americanos após a extinção de suas populações indígenas.

Com efeito, o capitalismo mundial sob a forma imperialista destruiu a natividade econômica desses países e implantou um modelo de sistema produtivo sanguessuga que permitiu a superexploração dos recursos naturais e principalmente de populações originárias das regiões exploradas.

Em tempo, é preciso se ter em mente que o cenário histórico analisado inicialmente pela Teoria da Dependência nos anos de 1960, pressupunha um tipo de sistema-mundo com demarcações geopolíticas e econômicas com acentuadas diferenças do sistema-mundo pensado pelas ciências sociais de hoje em dia. Faz-se necessário, portanto, considerar as transformações sociais, econômicas, políticas e principalmente culturais, impostas pela modernidade a perspectiva de (Anthony Giddens, 1991) entre outros. Contudo, tal abordagem não está no escopo deste artigo.



Teoria de Gênero

De acordo com Scott (1989) o termo “gênero” é uma forma de referir-se à organização social das relações entre os sexos. Uma categoria de análise sociocultural. Quando se diz ‘gênero’, está se referindo a homens e mulheres, não apenas biologicamente, mas socialmente, sobretudo no contexto das relações de poder. O termo quer afirmar segundo a autora, que os assuntos das mulheres dizem respeito aos homens e vice-versa. Ao invés de entender-se ‘gênero’ como sinônimo apenas de ‘mulheres’, deve ser entendido como um termo para ‘um corpo sexuado’. Desta forma, é discutida a desigualdade e a igualdade de gênero.

Conforme Santos Figueredo (2005, p. 4) a ideia de gênero sublinha que as diferenças entre homens e mulheres são basicamente sociais e estruturais. Tem a ver, portanto, com a maneira como nos categorizamos, como nos vemos e como enxergamos o homem e a mulher no conjunto da organização social.

Tomando a questão de gênero em seus aspectos social e cultural, parece, portanto, instigante, que no conjunto da análise da realidade latino-americana, consideremos as relações de dependência tanto entre países, quanto entre os homens e as mulheres, em termos de categorias sociais.

Dos protestos feministas de 1968 nos EUA² até a mobilização feminina contra a violência de gênero em 2015 no Brasil³, o termo “gênero” tem sido entendido a partir de várias linhas interpretativas. Entretanto, não será possível fazer essa digressão aqui.

² Ato simbólico de participantes de Concurso de Miss América em 1968 em Atlantic City (EUA) como protesto pela exploração comercial da imagem feminina. Disponível em < <https://anos60.wordpress.com/2008/04/07/a-queima-dos-sutias-a-fogueira-que-nao-aconteceu/>> Acesso em 06 de Jan.2016.

³ Mobilização feminina contra a violência de gênero e a culpabilização das mulheres pela violência sexual. Teve início no Canadá, quando um oficial de segurança, em palestra na Universidade de Toronto, orientou as mulheres “a não se vestirem como vadias” como medida de segurança para evitar o estupro. A mobilização já ocorreu na Holanda, Argentina, EUA, México, Brasil entre outros. Disponível em < <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/marcha-das-vadias-chega-ao-brasil/>> Acesso em 06 de Jan.2016.



DEPENDÊNCIA, ESTUPRO E MORTE.

Um pouco de história

A história da relação da América Latina com os europeus entre os séculos XVI e XVIII, por exemplo, pode ser análoga às muitas histórias das relações de gênero no mundo de hoje: exploração, violência doméstica, estupros, machismos e assassinatos.

Todavia, não sem resistência e luta, por parte das mulheres, que a exemplo de Dona Mariana – a Malinche mencionada por Enrique Dussel (1993, p. 51). Numa relação de subalternização com o conquistador espanhol Fernando Cortês, Malinche logrou êxito como mulher americana, indígena, culta, conhecedora da língua maia e asteca e exímia articuladora de contradiscursos em meio à colonização do México.

Contudo, Enrique Dussel (1993, p.51) refere-se ao “ego fálico” da colonização, como uma determinante no processo de dominação do “Outro” (seja mulher ou homem), cujo rosto foi des-coberto e encoberto sob outra identidade mais “civilizada”.

A propósito, ao reconstituir a linha do tempo da colonização das Américas a partir de 1492, Eduardo Galeano (1979, p. 23-25) analisa a saga de Colombo, Fernando Cortez, Bernal Diaz Del Castilho e Américo Vespúcio, que fizeram das Américas, um recomeço das explorações comerciais, nas questões políticas e econômicas. Ocasão em que a influência da Igreja Cristã no processo de colonização, foi em geral significativamente conivente com a violência, seja na escravização de homens, mulheres e crianças, seja no abuso sexual das mulheres indígenas e negras, ou nos assassinatos de seus maridos, filhos e pais. O novo mundo virgem seria estupro até a exaustão e com as “bênçãos do Senhor”.

Ao relatar o encontro de Fernando Cortez com os Astecas (Montezuma), Galeano (1979, p. 28-30) menciona além do choque de culturas e a guerra entre religiões (cristianismo e religião marginal), a guerra contra as bactérias dos brancos (varíola, cólera e tétano) que dizimaram milhares de astecas a curto, médio e longo prazo. Foi em meio a esse contexto que o ‘vil metal’ foi explorado a tiros de arcabuz, golpes de espada e muita oração aos céus. Entre as ações malignas de Pedro Alvarado e Francisco Pizarro, Eduardo Galeano (1979, p. 31-32) ressalta



também a riqueza e o esplendor das civilizações conquistadas a exemplo de Potosí, lugar onde até as ferraduras dos cavalos eram de prata.

Segundo Eduardo Galeano (1979, p. 35) “os metais arrebatados aos novos domínios coloniais estimularam o desenvolvimento europeu e pode-se dizer que o tornaram possível”. Então, a América Latina desde esse tempo, já alimentava o capital estrangeiro, mesmo que o império da vez, a saber, os espanhóis, tivessem a ‘vaca’ (a riqueza da terra) mas não bebessem do leite, que por sua vez, era sorvido pelos credores do reino (na maioria estrangeiros, como os Függer, os Grimaldi, os Shetz e os Welser) conclui Galeano.

Para Enrique Dussel (1993, p. 52) esse processo de exploração dá-se também nos interstícios das relações de gênero, a partir de uma sexualidade puramente masculina, opressora, alienante e injusta, estabelecendo uma moral dupla, em que de um lado, encenava um aparente respeito à mulher europeia, enquanto por outro, transformava a mulher indígena e negra em uma “coisa”. Segundo Dussel, a América Latina é filha mestiça do ‘machismo’ europeu contra as mulheres indígenas.

Em que pese às novas configurações do capitalismo atual, bem mais complexas que a dos anos 1960 e 1970, a monopolização e a concentração do capital financeiro continuam “seduzindo” e “estuprando” as economias latino-americanas com inserções profundas na estrutura nacional. Obviamente que de forma mais descentralizada, ou seja, tal monopólio não é mais protagonizado apenas pelos tradicionais “países centrais”, mas, a partir do próprio contexto da América Latina. Um exemplo disso é a indicação do mexicano Carlos Slim como o número um da lista dos 25 maiores bilionários do mundo, seguido pelo brasileiro Jorge Paulo Lemann, conforme a revista Forbes de 2015.⁴ A propósito, apesar das mudanças geopolíticas, essa superexploração tem mantido um pseudo desenvolvimento econômico de avanço (mito do progresso), que na verdade não tem passado de extração de ‘mais-valia’ líquida e certa para os imperialistas da vez!

Desta forma, diria Galeano (1979, p. 13), o ‘corpo’ exuberante da América Latina com suas ‘curvas territoriais’ e riquezas naturais foi usado e abusado pelo ‘patriarcalismo’ econômico. Hoje, esse ‘corpo’

⁴ Disponível em <http://www.forbes.com.br/coluna/2015/07/25-maiores-bilionarios-da-america-latina/>
Acesso em 07de Jan.2016.



apesar de ‘obliterado’ e sem tantos ornamentos de ouro e prata, ainda continua sendo um ‘objeto’ de cobiça, como região que serve às mesas e economias alheias, abastecendo-as de muita carne fresca, frutas e café, matérias primas e alimentos diversos.

Sobre estupro, Rita Laura Segato (2003, p.270) assim entende:

[...] Uso e abuso do corpo do outro sem que este participe com intenção ou vontade compatíveis, o estupro dirige-se ao aniquilamento da vontade da vítima, cuja redução é justamente significada pela perda do controle sobre o comportamento de seu corpo e o agenciamento do mesmo pela vontade do agressor. A vítima é expropriada do controle sobre seu espaço-corpo [...]

Portanto, como fruto desse estupro e expropriação do ‘espaço-corpo’ latino, nasce o indesejado “capitalismo dependente” que será o grande responsável pela manutenção de relações sociais e de gênero injustas (econômica, política, etc) que reproduz a miséria social e, portanto, a dependência. É por isso que segundo Bamberger (2012, p. 38) a Teoria da ‘Dependência’ se constitui em uma relevante categoria analítico-explicativa da conformação das sociedades latino-americanas para explicitar o caráter condicionante concreto entre o capitalismo central e o capitalismo dependente.

Bamberger (2012, p. 38) lembra a argumentação de Theotônio dos Santos, de que a dependência é uma “situação condicionante” que “condiciona certa estrutura interna que a define em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais”. Bamberger (2012, p. 40-41) procura deixar claro que tal dependência não é absoluta e mecanicista, mas, dialética. Todavia, para a autora, ainda que haja choques e luta de classes, tais contradições se dão dentro dos padrões da dependência.

Conteúdo da Teoria da Dependência

Bamberger (2012, p. 15) indica que a Teoria da Dependência, tem recepção muito recente no Brasil, apesar de ter sido objeto de estudo e reflexão há 50 anos em quase toda a América Latina, Ásia e Europa. Essas reflexões se tornaram pesquisas feitas pelo CESO (Centro de Es-



tudos Sociais) que nos idos de 68, reuniu vários cientistas sociais, sob a batuta de Theotônio dos Santos.

Segundo Bambirra (2012, p. 28) esse trabalho pioneiro, mimeografado em 1970, buscava responder dois objetivos principais, a saber: compreender o caráter e as contradições do capitalismo dependente na fase de integração monopólica mundial e oferecer elementos para a reorientação da concepção estratégico-tática dos movimentos revolucionários.

Ao traçar a linha do tempo da história da industrialização na América Latina, Bambirra (2012, p. 55-60) pressupõe um conjunto de 21 países dependentes, classificados em: A, B e C. Segundo ela desde 1945 apenas seis (06) desse universo são considerados representantes do chamado ‘capitalismo dependente’ tipo ‘A’. São eles: México, Chile, Uruguai, Argentina, Brasil e Colômbia. Os países dependentes tipo ‘B’, seriam: Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, Guatemala, Costa Rica, Cuba e República Dominicana. Os países dependentes de tipo ‘C’ seriam Haiti, Paraguai e talvez o Panamá, completariam a classificação dos três tipos de países dependentes na América Latina, os quais estão profundamente relacionados a duas estruturas de base; uma primário-exportadora e a outra primário-exportadora com desenvolvimento industrial.

Países do tipo ‘A’ estariam relacionados à estrutura ‘primário-exportadora com desenvolvimento industrial’, os quais conforme Ruy Marini (2012, p. 40-41) ao conseguirem integrar o capital nacional com o capital estrangeiro, tornam-se detentores de certo grau monopolista e fortes candidatos a subimperialistas ou a ‘Capitães do Mato’, visto que o modelo de relacionamento destes para com os de tipo ‘B’ e ‘C’ é uma mera reprodução da superexploração do ‘capitalismo dependente’ pelo ‘capitalismo central’.

Quanto aos países tipo ‘B’ e ‘C’, Bambirra (2012) explica que as colônias de povoamento e de acentuada vocação agro-pecuária foram mais bem integradas nacionalmente, passando de uma dependência a outra (tipo A). Ao passo que nas colônias de exploração, esse processo não se realizou, pois, não têm o que oferecer para o comércio externo enquanto relação de barganha e, portanto, nem relação de dependência pode ter (tipos B e C).

A propósito, conforme Ruy Marini (2012), essa configuração entre ‘capitalismo central e dependente’, pressupôs uma divisão internacional



do trabalho claramente desigual. Por exemplo, os países dependentes teriam ficado com a etapa da produção industrial enquanto os países mais avançados se especializaram no controle financeiro e tecnológico dos países dependentes. Isso implica em uma realização de capital em alta escala, ampliando de forma abissal a mais-valia. Dessa forma estaria, portanto, instaurado o subimperialismo, definido pelo autor como segue:

[...] a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial deriva da nova divisão internacional do trabalho e a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho; o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extremada a favor da indústria de bens de consumo suntuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção e não simplesmente a internacionalização do mercado interno como dizem alguns autores [...] (RUY MARINI, 2012, p. 40).

É sabido que tais análises tanto de Vânia Bambirra (2012) e Ruy Marini (2012) apesar de serem úteis para a compreensão e a explicitação das contradições histórico-econômicas que tornaram a América Latina um quintal euro-americano, precisam ser complementadas por uma análise mais detalhada das novas configurações que os países têm assumido nas décadas de 1990 e 2000, sem perder de vista o sistema capitalista mundial.

‘Calcanhar de Aquiles’ do capitalismo mundial

Em que pese à eficiência técnico-metodológica do macro-capitalismo, podemos identificar um desequilíbrio entre as bases econômicas nacionais que o apoiam e o seu próprio movimento de expansão internacional. Esse desnível tem gerado desigualdades, parasitismo nos países centrais, assim como outras anomalias econômicas, enfraquecendo o capitalismo dependente e comprometendo o próprio desenvolvimento do capitalismo mundial integrado. Esse aspecto autofágico do capitalismo mundial abre espaço para as revoluções, que para Theotônio dos Santos (2011), são preferencialmente, socialistas.



Portanto, o método celular do capitalismo mundial que capilariza a concentração, exploração, a dependência e a intervenção estatal através das multinacionais, substitui os ‘trusts’. Todavia, segundo o autor essas corporações terminam por enfrentar a si mesmas, uma vez que operam a ambiguidade de compartilhar da sua mais-valia com as economias nacionais dependentes. Na medida em que o imperialismo contém-se a partir da lógica: ‘se a periferia ganha o centro ganha muito mais’, cria-se um ócio nada criativo Domenico De Masi (2003) nos países centrais.

Conforme Theotônio dos Santos (2011, p. 12) as causas específicas dessa crise estão relacionadas com: a inclusão de investimentos tecnológicos, petroquímicos e energia atômica ao ciclo produtivo; aumento dos gastos estatais no financiamento da guerra, reconstrução da Europa, do Japão; a industrialização do terceiro mundo e o aumento de consumo de bens industriais (pesticidas, fertilizantes, etc). O clímax dessa escalada teria sido em 1960.

Desta forma, tanto o significado, a natureza e a finalidade da Teoria da Dependência vicejam uma experiência revolucionária em termos de mundo e não apenas de uma dada metrópole ou região. Essa epistemologia, portanto, aponta para a exigência de uma análise e mudança das macro-estruturas mundiais. Em que pese à ‘esperança reformista’ de alguns setores da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), a Teoria da Dependência conforme, Vânia Bambirra (2012), Ruy Marini (2012), André Gunder Frank (1968), Theotônio dos Santos (2011) e outros marxistas, não defendem uma reforma e sim uma revolução.

Segundo Vânia Bambirra (2012, p. 85) o proletariado industrial é a única classe capaz de questionar a perspectiva burguesa e oferecer a alternativa socialista.

Vista interna da “Teoria da Dependência”

Neste tópico julga-se necessário apresentar os principais elementos críticos presentes nas análises de Ruy Marini (2012) e André Gunder Frank (1968) sobre a Dependência. A rigor, conforme Nildo Domingos Ouriques (2010, p. 182) vários são os pontos comuns em suas formulações, a saber: a convicção de que o subdesenvolvimento é um produto da expansão mundial do capitalismo mercantil europeu do sé-



culo XVI; clara compreensão de que a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento capitalista mundial e finalmente, a consciência da necessidade de aprofundar os conceitos a partir do interior das mudanças nas estruturas de dominação nacional e não apenas no âmbito internacional. Concentraremos-nos em aspectos mais específicos de cada autor (a), enquanto aprofundamos um pouco mais sobre a teoria da dependência.

Um olhar para dentro da América Latina

Segundo André Gunder Frank (1968, p. 3) as sociedades latino-americanas ‘dormem com o inimigo’. Desta forma, o perigo não está apenas lá fora, é interno. Há que se perceber que na história da América Latina, as burguesias nacionais estão na base de onde se aceita e se reproduz a “mais valia” do capital mundial. Um bom exemplo disso no Brasil são: o seguimento primário-exportador e o industrial. Para o autor, desde a estrutura colonial, mercantilista até a imperial, a intermediação das elites nacionais (dessas burguesias) na transmissão de valores e exportação primária para os países centrais, foi fundamental na perpetuação da dependência desses países. Por esse motivo, o processo de emancipação política e econômica, precisa começar pela luta de classes locais. Afinal, segundo o autor, essa crítica confronta o imperialismo de forma mais inteligente e eficaz, pois, torna possível tanto uma maior clareza quanto aos mecanismos internos de perpetuação do subdesenvolvimento, quanto a adoção de metodologias mais adequadas para o desmonte desse esquema subimperialista. A propósito, para o autor, esse esquema estaria estruturado de forma a permitir que as transmissões de valores e matérias primas no sentido periferia-centro estejam inversamente desproporcionais às compensações no sentido centro-periferia.

Um olhar para dentro do Brasil

Com efeito, a metodologia que a Teoria da Dependência pressupõe, busca identificar na concretude das relações externas e internas, mas principalmente na dimensão interna do capitalismo nacional, as condicionantes da dependência que são por sua vez, subproduto de



articulações competitivas entre a burguesia primário-exportadora e a burguesia industrial. A propósito, Ruy Marini (2012, p. 28) ao analisar o caso Brasil, convida-nos a perceber, por exemplo, que o golpe militar de 64 teve suas raízes prioritariamente nacionais. Ou seja, o “inimigo” já morava aqui.

Outro aspecto apontado por Ruy Marini (2012, p.32) como um mito, enquanto se olha para dentro da estrutura capitalista brasileira é o raciocínio de que o problema crucial do Brasil é a má distribuição de renda e que a simples abertura e facilidade de créditos aliado a programas de renda mínima, integrará as camadas trabalhadoras na economia nacional a médio e longo prazo. O problema segundo Ruy Marini (2012) é muito mais profundo e diz respeito ao divórcio entre a estrutura produtiva (que atende mais às mesas estrangeiras) e as necessidades de consumo das massas.

Nesse sentido, a teoria da Dependência em Ruy Marini (2012, p.33,40) pensa o Brasil como um país subimperialista, refém da nova divisão internacional do trabalho caracterizada pela superexploração, monopolização dos bens de consumo suntuário e a integração do capital nacional pelo estrangeiro.

Um olhar para dentro das relações de gênero

Considerando o viés marxista da Teoria da Dependência, o materialismo histórico dialético é o critério de análise aqui evocado. Nesse sentido, a Teoria da Dependência é útil para desconstruir e identificar discursos e práticas machistas que são projetados na sociedade como realidades e internalizados em homens e mulheres como uma ‘essência’ ou verdade perene. E isso se faz na perspectiva empírica da pesquisa científica. Há que se partir de um “chão de fábrica”, a fim de poder confrontar a ideologia capitalista representada muitas vezes, por institutos de estatísticas que manipulam equações para fins políticos. A propósito, o próprio Marx (2009) acusou as estatísticas alemãs e de boa parte da Europa como não científicas, enquanto parecia reconhecer a qualidade da estatística inglesa que com rigor empírico, contando com os inspetores das fábricas agindo como peritos e repórteres conseguiram demonstrar as minúcias dos interstícios da realidade social (saúde dos



trabalhadores e as reais condições de trabalho), da realidade econômica (contrastes entre os modos de vida dos capitalistas e dos operários) e da realidade política daquele tempo.

Posto isto, em que medida a Teoria da Dependência enquanto análise revolucionária, é útil para analisar os ‘sexos’ no contexto geral das sociedades latino americanas?

MARXISMO DE ‘SAIA JUSTA’?

Siqueira (2007, p. 17) ao abordar em sua tese de doutorado a ‘alegoria do patriarcado’ apresenta-o como um construto da casa do ‘Pai’, que pressupunha ‘amor e cuidado’ mas também, ‘disciplina e controle’. E esse discurso, segundo o autor, se tornaria no paradigma da ‘arte de governar’, que por sua vez, se tornaria a essência do discurso colonial que confinou e dominou pessoas de ambos os sexos na mão de obra escrava que construiu o mundo colonizado pelos europeus.

Oportunamente, esse artigo tende a concordar com a norte-americana Maria Mies (1986, p.1) quanto à verdadeira causa das desigualdades nas relações de gênero. “muitos de nós concordariam que o nosso inimigo é o patriarcado capitalista, e não o homem”⁵.

A autora que tem inserção nas realidades das mulheres da África, América Latina e Ásia, entende que a distribuição do feminismo mundial, contempla várias vertentes, a saber; a que sequer menciona o capitalismo em suas análises; a que apenas acomoda as análises do feminismo à tradicional análise marxista e a que enfatiza em níveis apenas pessoais, a igualdade da mulher com o homem, sem levar em conta o capitalismo como um sistema patriarcal. Certamente, essa discussão está longe de ser monolítica, visto que os tipos de feminismos são tão variados como as culturas e condicionamentos geográficos, sociais, econômicos, políticos e religiosos.

Mas concentremos agora no marxismo como perspectiva para pensar as questões de gênero. A propósito, considerando o fato de ser o ‘marxismo’ um produto iluminista, será que o mesmo passaria no teste da ‘saia justa’?

⁵ Tradução livre do original em inglês “While many of us would agree that our enemy is capitalist patriarchy as a system, and not just men”. Maria Mies (1986, p.1).



Em teoria de “macho” não tem “cheiro feminino”

Parece que a discussão sobre questões de ‘gênero’ é um tanto escassa nas teorizações sobre a ‘Dependência’. Siqueira (2007, p. 18) chama a atenção para o fato de que a ‘Grande Teoria’ da modernidade entre os ‘iluminados’ dos séculos XV aos XVII, ignorou totalmente a relevância dos temas relacionados à teoria sexual e racial. Não é gratuito, que ao referir-se à teoria do ‘Contrato Social’, cujo nascedouro histórico foi entre os séculos XVII e XVIII, Pateman (1993, p. 11-12), questiona a supressão de outro contrato que vem no bojo do primeiro – ‘Contrato Sexual’.

As razões para essa invisibilidade da vertente sexual para Carole Pateman (1993) deu-se pela marginalização teórica das questões feministas. Segundo Carole Pateman (1993, p. 13) a teoria clássica deixou muitos complicadores para o reconhecimento das mulheres tanto na esfera civil quanto nas discussões contemporâneas sobre a política. Por fim, Vânia Bambirra (1971, p. 2) feminista marxista e pioneira na elaboração da Teoria da Dependência, admite que os partidos comunistas e mui especialmente a imprensa comunista não tem dado a devida visibilidade às mulheres. A autora entende que as questões das mulheres não constam na pauta de propostas para a construção da nova sociedade socialista.

A propósito, Vânia Bambirra (1971) lembra a reivindicação da terceira assembleia feminina comunista para incluir as mulheres na categoria ‘povo’. Desse modo, essa falta de ‘cheiro feminino-epistemológico’ parece indesculpável, visto que não se trata de um ‘silêncio’ ocasional, mas sistemático no período moderno. Principalmente quando constatamos que na história das Américas as mulheres e os homens ocuparam posições e desenvolveram papéis bem desiguais.

Verena Stolke (2006, p.18-19) é incisiva ao reler a história das Américas.

[...] O sexo da conquista. Nos primeiros anos da conquista, colonos ibéricos, oficiais da Coroa e até o clero se apropriaram de terras indígenas, submetteram a população local a trabalhos forçados nas minas e a serviços pessoais de vários tipos, empenharam-se em colonizar suas mentes e sujeitaram mulheres indígenas a todas as maneiras de abuso sexual, o que teve um enorme custo humano e social. Uma das conseqüências disso foram os deslocamentos em massa e o dramático declínio da população indígena, resultantes da conquista militar, da



disseminação de doenças trazidas pelos colonos e da fome, o que acabou por destruir as bases da organização sócioeconômica local [...]

Contudo, ao analisar de maneira objetiva o processo histórico de lutas da mulher, Vânia Bambirra (1971, p. 2-3) observa certa evolução da temática de gênero no contexto marxista do século XX. Desde a luta pelos direitos civis (voto), até nos últimos anos com uma forte crítica à divisão social do trabalho, que penaliza as mulheres relegadas à margem do trabalho doméstico sem direito a remuneração ainda que seja responsável pela produção cotidiana para a manutenção da família.

Vânia Bambirra (1971) assinala que desde os anos 60 as teóricas marxistas têm procurado criticar contundentemente o sistema de exploração capitalista e suas consequências principalmente para as mulheres. Então, as questões de gênero na crítica marxista passam necessariamente pela questão econômica e pela crítica ao capitalismo. A inferiorização da mulher, sustenta Vânia Bambirra (1971), está profundamente ligada ao fato de suas atividades não estarem oficialmente reconhecidas pela remuneração de sua mão de obra em casa.

O fato de não serem assalariadas, conforme a autora, as mulheres tendem a ser passivas, resignadas e com baixa autoestima. Todavia, sua dignidade não será reparada apenas entrando no mercado de trabalho. É necessário reestruturar o modelo de família, responsabilizar os filhos, ter acesso a lavanderias, cooperativas para serviços domésticos, creches entre outros. Caso contrário, haverá superexploração da mão de obra da mulher, sempre.

E o papel da religião nisso tudo?

De forma exemplar os clássicos da sociologia não negligenciaram o tema da 'religião' e também não o faremos nesse artigo. Pois, mesmo o reticente Karl Marx (1818-1883) se pronunciou acerca do fenômeno religioso. Max Weber (2004), em sua obra "A ética protestante e o espírito do capitalismo" de forma magistral demonstrou como a religião pode influenciar a economia capitalista e vice-versa.

Pelo menos para Marcela Althaus-Reid (2005, p. 32) os sistemas econômicos são também sistemas religiosos e, portanto, a combinação de questões sociais, políticas e religiosas, gestam narrativas mitificadas



que tendem a eufemizar a violência. A propósito disso, a autora vê na figura da ‘Virgem de Guadalupe’, versão de Maria, mãe de Jesus, padroeira da cidade de Guadalupe, um símbolo religioso que se insere no imaginário cotidiano como uma legitimação da exploração capitalista na realidade mexicana.

Marcela Althaus-Reid (2005, p. 32-33) lembra que o imaginário de crenças tende a determinar o modelo das relações sociais e econômicas sejam patriarcais ou igualitárias. Para ela a religião Asteca possuía elementos de pluralidade tanto nas crenças religiosas quanto na organização social. Dessa forma, a noção teológica é jamais ‘inocente’ e por mais ‘decente’ que seja, esconde ideologias dominantes.

Segundo a autora, não há pensar teológico dissociado da sexualidade e por isso, não há neutralidade no teólogo ‘decente’ ou na moral cristã. Nesse sentido, a autora acusa os teólogos da libertação latino-americanos de não aprofundarem a crítica contra a generalizada decência da América Latina. Para ela todo discurso de autoridade religiosa ou política oculta conhecimentos e vozes reprimidas. Tais discursos não são puros. Eles encerram em si contradiscursos vencidos e, portanto, são discursos políticos e ao mesmo tempo teológicos e econômicos.

Lembra Marcela Althaus-Reid (2005, p. 36) que os casamentos coloniais estavam associados à manutenção tanto da força de trabalho quanto do patrimônio. O divórcio significava desequilíbrio na acumulação do capital e por isso não eram permitidos, lembra a autora. Althaus-Reid (2005, p. 37) lembra uma analogia de Bartolomeu de Las Casas sobre a mulher e a América Latina, indicando que a conquista da AL se deu por acordos matrimoniais e sexuais, que incluiu:

[...] privação de apoio econômico e infraestrutura básica, política internacional de exportação de produtos primários, depreciando assim as infraestruturas nacionais, castigo físico legal como dever do homem ensinar a mulher. O nativo é menor. Regulação da sexualidade Latinoamericana pelo cristianismo incluindo os não cristãos [...]

Carole Pateman (1993, p. 16) por sua vez, destaca alguns termos caros ao contrato original: ‘liberdade’, ‘Igualdade’. Para ela, a maioria do indivíduo ‘homem’ rompe o patriarcado (paternidade) e o submete



ao governo civil. Ao passo que o mesmo não ocorre com o indivíduo ‘mulher’ que, no casamento, permanece sob a dominação masculina pelo direito regular do homem ao sexo, registrado no pacto original.

Nesse caso, a liberdade civil não inclui as mulheres. Já que os filhos (homens) ao se emanciparem estão aptos para possuírem uma mulher via ‘lei do direito sexual masculino’ que reproduz a lógica do contrato original que não é explicitada.

Em suma, para Pateman (1993, p. 18) o patriarcado não é mais paternal, mas é conjugal e manifesta-se na forma do contrato matrimonial. É claro que a autora fala do contexto dos EUA, Inglaterra e Áustria, mas, seu questionamento faz ecos em todas as sociedades ditas modernas originadas na ideia contratualista.

Com efeito, tal condição é reforçada pela estrutura patriarcal capitalista que promove não apenas o fetiche do ‘capital’ em detrimento da dignidade dos/as trabalhadoras/es, como acentua a reificação das relações de gênero. E a ‘ereção global capitalista’ segundo Althaus-Reid (2005) tende a piorar a situação. Vânia Bambirra (1971, p. 4) avalia que nos países dependentes as mulheres de classe média encontram a alternativa de transferir o peso do trabalho de casa para as empregadas domésticas, o que termina por não resolver o problema da exploração da mulher.

Portanto, quanto mais intensa é a ‘ereção do capitalismo’ mais coisificada é a humanidade das pessoas. E essa condição de objeto, no caso das mulheres, segundo Vânia Bambirra (1971) se amplia no fenômeno da prostituição e semi-prostituição. Situação em que mulheres de classe média baixa se submetem a seus patrões sexualmente para serem promovidas, por interesse de sobrevivência. Em geral, são mulheres oriundas da classe trabalhadora.

Ao descrever a situação da prostituta e semi-prostituta, Vânia Bambirra (1971, p. 6) considera que apesar de haver várias motivações para essa atividade, desde preferência pessoal (raros são os casos de amor à profissão), ninfomania, necessidade de consumo suntuário, a base comum a todas essas motivações é econômica. Do lado masculino, a busca de satisfação sexual extra, dá-se pelo fato de que veem suas mulheres como donas de casa passivas, sem cultura, cansadas, despersonalizadas,



objeto e sem atratividade. Além do incentivo midiático que apresenta a mulher como estereótipo e símbolo da subjugação capitalista.

Para Vânia Bambirra (1971), as donas de casa, que trabalham fora, tornam-se duas vezes ‘empregada doméstica’. Lenin ilustra o perfil das donas de casa.

[...] os pequenos afazeres domésticos que a convertem em cozinheira e babá, a desgasta em trabalhos improdutivo, mesquinho, inervante, embrutecedor e fastidioso. Essa é a mulher empregada doméstica [...] (LÊNIN apud BAMBIRRA, 1971, p. 6).

Ao trabalhar o conceito de mulher ‘independente’ sem filho e com filho, Vânia Bambirra (1971) vê na sua independência econômica a possibilidade de tomar decisões autônomas e a uma maior mobilidade social. Ainda que permaneça sob o estigma de ‘débil’ de forma explícita ou velada frente ao sexo oposto.

Em Vânia Bambirra (1971, p. 6-7), portanto, teríamos a alternativa de construção do ‘homem novo’. E para tanto, será necessária a experiência de ‘independência’, que passa pela libertação da dominação capitalista, numa nova sociedade, cujos valores socialistas e operários possibilitem a extinção do trabalho individual e a implementação de trabalhos comunitários e a realização do indivíduo numa vivência social mais ampla.

Ao explicar como a superestrutura seria modificada para a construção da nova sociedade, Vânia Bambirra (1971) deixa claro que não basta uma consciência de classe: é preciso alterar o modelo político-econômico-cultural, jurídico e educacional. É uma verdadeira revolução superestrutural em todos os níveis (pessoal, familiar, religioso, social, entre outros).

Portanto, Vânia Bambirra e Marcela Althaus-Reid não vê alternativa a não ser a reformulação do modelo de sociedade capitalista para o socialista. Em tempo, segundo Bambirra em toda a América Latina somente no Chile e em Cuba as mulheres desfrutam de um pouco mais de dignidade. Justamente por serem partícipes de núcleos cada vez mais amplos em conexão com os partidos, setores jurídicos e com outros países.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor discutir e apresentar a teoria da ‘Dependência’ e sua interface com as questões de gênero, o artigo procurou analisar de forma preliminar a realidade latino-americana. Ao que parece, com as devidas atualizações o ‘materialismo histórico’ de Marx reúne boas condições teórico-metodológicas para tal empreitada, uma vez que os conceitos marxistas sobre a sociedade industrial do século XIX ainda são pertinentes para pensar a sociedade capitalista dos dias atuais. Destacamos por exemplo: a noção de “valor-mercadoria”, a relação “capital-trabalho”, “mais-valia” e a relação entre “produção e circulação”.

Semelhantemente, a questão de gênero se apresenta como pauta necessária a fim de qualificar a elaboração e a discussão da noção de igualdade de direitos entre homens e mulheres. Há que se considerar como prioridade na tarefa de elaboração a crítica marxista contra o capitalismo mundial, a explicitação dos rostos que fazem parte da categoria ‘povo’. As categorizações precisarão ser menos generalizadas. É preciso identificar com critérios científicos cada vez mais minuciosos os vários ‘pobres’, no conjunto proletário, levando em conta gênero, etnia, religião e outros elementos.

A temática é instigante e nos convida a ler mais sobre a teoria da ‘Dependência’, incluindo mais autoras/es, principalmente as/os que refletem fora do eixo do marxismo. Por exemplo, a perspectiva desenvolvimentista.

Contudo, como texto provisório, este artigo aponta para a importância da rediscussão da teoria marxista, tanto isoladamente quanto a partir da Teoria da Dependência e claro, sempre em perspectiva transdisciplinar e mais contemporânea.

REFERÊNCIAS

ALTHAUS-REID, Marcela. **La teología indecente**: perversiones teológicas en sexo, género y política. Barcelona: Bellaterra, 2005. ISBN 978-84-7290-275-6

BAMBIRRA, Vânia. **Teoria de la dependencia**: uma anticrítica: material de formación política de La “Cátedra Che Guevara – Colectivo AMAUTA”. Disponível em: <http://www.amauta.lahaine.org/>. Acesso em 24 de julho. 2014.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Editora Insular, 2012.



BAMBIRRA, Vânia. **A mulher chilena na transição para o socialismo**. Documentos. Santiago-Chile: Ponto Final, 1971.

DUSSEL, Enrique. 1492 **O encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade. Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FRANK, André Gunder. Latino America: subdesarrollo capitalista e revolución socialista. Revista Pensamento Crítico, 13, 1968.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina; 6ª Ed. Tradução Galeano de Freitas, 6ª Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Tradução de Raul Fiker, São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

MIES, Maria. Patriarchy and Accumulation on a World Scale: women in the international division of labour. New Jersey: Zed Books, 1986.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. O Capital V. 1, I ed. 1867, cartas, prefácios e posfácios, disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/prefacioseposfacios.htm#topp>> Acesso em: 02 Outub. 2014.

MARX, Karl. A crítica da filosofia do direito de Hegel. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Presença, 1972.

OURIQUES, Nildo Domingos. In MARINI, Ruy Mauro; MILLAN, Mária. La Teoria Social Latinoamericana: subdesarrollo y dependência. Tomo II.

PATEMAN, Carole. Contrato sexual. Tradução de Marta Avancine. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SANTOS FIGUEREDO, José Alcides. **Classe social e desigualdade de gênero no Brasil**. XXIX Encontro Anual da ANPOCS. GT “Gênero na Contemporaneidade”. 25 a 29 de Outubro de 2005. Disponível em <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3700&Itemid=318> . Acesso em: 24 julho 2014.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine dos Santos Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em <<http://www.observe.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>> Acesso em: 24 julho 2014.

SANTOS, Theotônio. **Imperialismo y dependência**. Caracas, Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Curso de iniciação partidária**. Disponível em <<http://www.pcb.org.br/portal/docs/materialismo.pdf>> Acesso em: 24 de julho 2014.

SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos



corpos das mulheres de Ciudad Juarez. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 265-285, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n2/26882.pdf>>. Acesso em: 11de jun.2016.

SIQUEIRA, Carlos Henrique R. **A alegoria patriarcal**: Escravidão, Raça e Nação nos Estados Unidos e no Brasil. 275fls. (Tese doutorado). Centro de Pesquisa e pós graduação em história sobre as Américas. UnB - ICS, Brasília, 2007.

STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. Revista de estudos Feministas, Florianópolis, 14(1): 15-42, janeiro-abril/2006. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/8286> > Acesso em 11 de Jul.2014.

Submetido em: 22-7-2015

Aceito em: 6-6-2016